

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU



CONCURSO PÚBLICO Nº001/2025

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A PROVA OBJETIVA

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: Assessor Jurídico Legislativo

Candidatos:	Mateus Américo dos Santos Ferraresso, Paulo Fernando Sousa
Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	08
Resultado da Análise:	Deferido
	A questão aborda conhecimentos acerca do uso, obrigatório ou facultativo, da vírgula num excerto do texto apresentado na prova de português.
	Analisando as alternativas temos:
	A) Diz que a supressão da vírgula comprometeria a clareza sintática pela separação do adjunto adverbial deslocado.
	→ Correto: sem a vírgula, há quebra da norma e pode causar ambiguidade ou leitura truncada.
	B) Diz que a vírgula é facultativa porque o adjunto é de extensão reduzida. → Errado: a vírgula não é facultativa nesse caso; é obrigatória mesmo para adjuntos curtos no início.
	C) Diz que a vírgula é apenas estilo, sem respaldo normativo. → Errado: há regra gramatical clara sobre adjunto adverbial anteposto.
	D) Diz que a vírgula é obrigatória em qualquer circunstância, independentemente da posição. → Errado: se o adjunto estivesse após o verbo, não levaria vírgula (ex.: "As tecnologias transformaram, no cenário contemporâneo, as interações" — aqui as vírgulas seriam opcionais/para isolar intercalação).
	Por este exposto, defere-se o pedido e altera-se o gabarito para letra A.

Candidato:	Wanderlei Fernandes do Prado, lucas rodrigues rocha
Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	09
Resultado da Análise:	Indeferido
	Prezado candidato.
	A questão aborda análise de colocação pronominal. A norma culta adapta-se aos contextos modernos e como registram gramáticos contemporâneos (como Ataliba de Castilho) que a próclise é usada com frequência em contextos nos quais a ênclise soaria artificial. Os pronomes demonstrativos no início da frase exercem um peso fonético e discursivo que favorece a próclise na língua atual, entende-se como elemento atrativo de forma mais ampla e não só os listados tradicionalmente.
	Analisando as alternativas temos: B é incorreta porque afirma que a ênclise é <i>incorreta</i> — o que é falso na norma culta. C é incorreta porque a oração não começa com verbo. D é absurda, pois a mesóclise só ocorre em tempos futuros. Sendo assim, somente a alternativa A, está correta. Recurso indeferido.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	10
Resultado da Análise:	Indeferido
	A questão aborda uma análise sobre elementos destacados do excerto do texto, em especial pronomes e conectores. Analisando as alternativas temos:
	A) "já que" estabelece relação de causa, não de concessão. Concessão seria "embora", "apesar de". → Errada.
	B) "Nesse cenário" retoma a situação descrita na frase anterior (adaptabilidade necessária devido a demandas que emergem rapidamente), funcionando como anáfora (retomada do contexto), sem introduzir referente novo. → Correta.
	C) "continuamente" é um advérbio de modo, modificando "aprender"; não faz retomada lexical de elemento da oração anterior. → Errada.
	D) "A adaptabilidade" com artigo definido indica que se trata de um concejeto já conhecido (uso genérico ou dado pelo contexto), mas não é catafórica (que antecipa algo que será explicado depois). A catafórica seria, por exemplo: "A seguinte questão:". Aqui, o artigo não antecipa detalhes de forma referencial direta. → Errada.
	Sendo, portanto, apenas uma alternativa correta, Argumentação inválida. Recurso indeferido.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Matemática/Raciocínio Lógico
Questão Nº	17
Resultado da Análise:	Indeferido
	A questão aborda conhecimentos acorca do regra do três composta
	A questão aborda conhecimentos acerca de regra de três composta.
	O desenvolvimento correto dá-se da seguinte forma:
	Situação inicial:
	Produção: 480 unidades
	Dias: 12
	Máquinas: 8
	Horas/dia: 8
	A partir daqui podemos calcular a produção por máquina-hora:
	Produtividade = $\frac{480}{8x8x12} = \frac{480}{768} = 0,625$ unidade por máquina-hora
	Nova situação:
	Produção desejada: 720 unidades
	Máquinas 12
	Horas/dia: 10
	Dias: x
	A equação é: produção = produtividade x máquinas x horas/dia x dia
	Substituindo:
	720 = 0,625 . 12 . 10 . x
	720 = 75x

X = 720/75
X = 9,6
Arredondando para cima como instrui a questão: 10 dias.
Não houve ambiguidade na regra do arredondamento pois apenas um resultado necessitou de arredondamentos para resolver a questão.
Argumentação inválida.
Recurso indeferido.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Matemática/Raciocínio Lógico
Questão Nº	18
Resultado da Análise:	Indeferido
	A questão aborda conhecimentos acerca de análise combinatória, em especial a combinação.
	O desenvolvimento correto verifica-se abaixo:
	$C_{(n,p)} = \frac{n!}{p!(n-p)!}$
	Onde
	N = 7 (total de candidatos)
	P = 3 (vagas na equipe)
	Substituindo:
	$C_{(n,p)} = \frac{7!}{3!(7-3)!} = \frac{7!}{3!4!} = \frac{7.6.5.4!}{3!4!} = \frac{7.6.5}{3.2.1} = 35$
	A questão possui somente uma alternativa correta conforme indicado no gabarito preliminar.
	Recurso indeferido.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Matemática/Raciocínio Lógico
Questão Nº	19
Resultado da Análise:	Indeferido
	A questão aborda conhecimentos acerca de proporções. O desenvolvimento correto é:
	1. Interpretar a proporção
	A proporção é 5 partes de cobre para 2 partes de zinco.
	Isso significa que, para cada 5+2=7 partes da liga, 5 partes são cobre e 2 partes são zinco.
	2. Determinar o valor de cada parte
	A liga total desejada é 14 kg.
	Se 7 partes correspondem a 14 kg, então 1 parte = 14/7=2 kg.
	2. Calcular kg do cobro
	3. Calcular kg de cobre Cobre = 5 partes = 5×2=10 kg.
	Cobie – 3 partes – 3×2–10 kg.
	4. Calcular kg de zinco
	Zinco = 2 partes = $2 \times 2 = 4$ kg.
	Zines Zipartes Zinz Ting.
	5. Conferir
	10 kg + 4 kg = 14 kg, e a proporção 10 : 4 simplifica por $2 \rightarrow 5$: 2.
	A questão possui somente uma alternativa correta, estando, portanto, de acordo com o edital de
	abertura do certame.
	Recurso indeferido.
	Questão mantida.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	32
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa CORRETA é a C.
	Análise de cada questão separadamente:
	A) O Governo Municipal é exercido com independência absoluta entre a Câmara dos Vereadores e o Prefeito, sem necessidade de observância do princípio da harmonia entre os Poderes. Fundamentação:
	Esta alternativa está incorreta.
	A Constituição Federal, em seu Art. 2º, estabelece o princípio da independência e harmonia entre os Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).
	Embora os poderes sejam independentes em suas funções, eles devem atuar de forma harmônica. Este princípio se aplica analogamente aos poderes Executivo (Prefeito) e Legislativo (Câmara de Vereadores) no âmbito municipal.
	A "independência absoluta" sem harmonia seria um obstáculo ao bom funcionamento da administração pública.
	B) A soberania popular, em Poxoréu, será exercida apenas pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, sem previsão de outras formas de participação popular. Fundamentação:
	Esta alternativa está incorreta.
	O Art. 14 da Constituição Federal dispõe que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, "mas também" mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
	As Leis Orgânicas Municipais geralmente reproduzem ou ampliam essas formas de participação popular, não as limitando apenas ao voto.
	C) Compete ao Município, privativamente, instituir e arrecadar tributos de sua competência e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Fundamentação:
	Esta alternativa está correta.
	O Art. 30 da Constituição Federal define as competências dos Municípios:
	- Inciso III: "instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas
	rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei."
	 Inciso II: "suplementar a legislação federal e a estadual no que couber." Estas são, de fato, competências privativas do Município e são princípios gerais que toda Lei Orgânica deve observar.
	D) O serviço público de água e esgoto, por ser atribuição precípua do Município, pode ser outorgado mediante concessão a qualquer empresa privada, desde que aprovada em licitação pública.
	Fundamentação:
	Esta alternativa está incorreta.
	Embora o serviço público de água e esgoto seja de competência municipal (Art. 30, V da CF) e possa ser outorgado mediante concessão após licitação pública, a expressão "a qualquer empresa privada" é imprecisa e potencialmente enganosa.
	A concessão deve ser feita à empresa que, após o processo licitatório, for considerada a mais qualificada técnica e economicamente, atendendo a todos os requisitos do edital, e não a "qualquer" empresa privada.
	O processo de licitação visa selecionar a melhor proposta, não apenas permitir a participação de qualquer uma.

Em sendo assim, o requerimento está indeferido.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	37
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa CORRETA é a B.
	A) O princípio da legalidade orçamentária impede a abertura de créditos suplementares e especiais por decreto, exigindo sempre a prévia autorização legislativa para qualquer alteração na dotação orçamentária. Fundamentação:
	Esta alternativa está incorreta.
	O princípio da legalidade orçamentária (Art. 167, I, da Constituição Federal) realmente exige que a abertura de créditos suplementares e especiais seja autorizada por lei.
	No entanto, a própria Constituição e a Lei nº 4.320/64 (Art. 43) preveem a possibilidade de abertura desses créditos por "decreto executivo", desde que haja "prévia autorização legislativa" (na própria Lei Orçamentária Anual ou em lei específica) e a indicação dos recursos correspondentes.
	Portanto, não há um impedimento absoluto de abertura por decreto, mas sim a necessidade de que essa abertura por decreto esteja previamente autorizada pela lei.
	B) A despesa pública passa por três fases obrigatórias: empenho, que reserva a dotação orçamentária; liquidação, que verifica o direito adquirido pelo credor; e pagamento, que efetiva a entrega do numerário. Fundamentação:
	Esta alternativa está correta.
	As fases da despesa pública estão claramente definidas na Lei nº 4.320/64: - Empenho (Art. 58 e 60): É o ato que reserva a dotação orçamentária para uma despesa específica, criando para o Estado a obrigação de pagamento.
	- Liquidação (Art. 63): Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base em documentos comprobatórios (como notas fiscais, contratos), que atestam a entrega do bem ou a prestação do serviço.
	- Pagamento (Art. 64): É a efetiva entrega do numerário ao credor, ou seja, o desembolso financeiro, que só pode ser realizado após a regular liquidação da despesa.
	C) Os Tribunais de Contas são órgãos de controle interno que atuam preventivamente na fiscalização da execução orçamentária e financeira da União, Estados e Municípios. Fundamentação: Esta alternativa está incorreta.
	Os Tribunais de Contas são órgãos de "controle externo" (Art. 71 da Constituição Federal), auxiliando o Poder Legislativo na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
	O controle interno, por sua vez, é exercido pelo próprio Poder Executivo. Embora os Tribunais Contas possam atuar com caráter orientativo e preventivo em certas situações, sua função principal é de controle a posteriori (subsequente) ou concomitante, e não exclusivamente ou primordialmente preventiva.
	D) As despesas inscritas em "Restos a Pagar" são aquelas que, mesmo tendo sido empenhadas no exercício financeiro, não foram liquidadas até 31 de dezembro, sendo automaticamente canceladas no início do exercício seguinte, se não houver previsão orçamentária para sua quitação. Fundamentação: Esta alternativa está incorreta.
	"Restos a Pagar" (RAP) são despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro (Art. 36 da Lei nº 4.320/64).
	Elas se dividem em "processados" (liquidadas) e "não processados" (não liquidadas). O erro da afirmação está em "automaticamente canceladas no início do exercício seguinte, se não houver previsão orçamentária para sua quitação".

As despesas inscritas em Restos a Pagar representam obrigações assumidas e, se válidas, devem ser pagas, sendo a previsão orçamentária para sua quitação aquela do exercício em que foram empenhadas.

O cancelamento de Restos a Pagar não processados pode ocorrer se a obrigação não se concretizar ou se houver prescrição, mas não é automático pela ausência de uma "nova" previsão orçamentária.

As obrigações válidas em Restos a Pagar devem ser pagas, independentemente de nova previsão orçamentária no exercício seguinte para elas especificamente, pois elas já têm lastro na dotação original.

Portanto, o requerimento pleiteado está indeferido.

Candidata:	Flávia Venceslau Gomes
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	40
Resultado da Análise:	Indeferido A alternativa CORRETA é a B. Passemos a análise de cada alternativa:
	A) A Lei nº 905/2003 reestrutura o Estatuto dos Servidores Públicos exclusivamente do Poder Executivo Municipal e de suas Autarquias, não abrangendo os servidores do Poder Legislativo. Fundamentação:
	Esta alternativa está incorreta.
	Via de regra, os Estatutos dos Servidores Públicos municipais (ou federais e estaduais) aplicam-se a todos os servidores civis da administração direta e indireta do ente federativo, independentemente do Poder a que estejam vinculados (Executivo ou Legislativo). Limitar a aplicação da lei apenas aos servidores do Poder Executivo e suas autarquias, excluindo os do Legislativo, seria uma exceção que precisaria estar expressamente justificada e é incomum para um estatuto que reestrutura o "Regime Jurídico dos Servidores Públicos" de forma abrangente.
	B) O regime jurídico reestruturado por esta Lei abrange os servidores de ambos os poderes do Município (Executivo e Legislativo) e de suas Autarquias e Fundações Públicas, e integra-o o Plano de Cargos e Carreira e as leis sobre pessoal. Fundamentação: Esta alternativa está correta.
	É a praxe no direito administrativo brasileiro que o regime jurídico dos servidores públicos seja unificado para a administração direta (Poder Executivo e Poder Legislativo) e para a administração indireta (autarquias e fundações públicas) do mesmo ente federativo. Além disso, o "Plano de Cargos e Carreira" e outras "leis sobre pessoal" são instrumentos legais complementares que detalham aspectos específicos da gestão de pessoal, como a estrutura das carreiras, a remuneração, as promoções, etc., e que se integram ao regime jurídico geral estabelecido pelo Estatuto.
	C) Para os efeitos desta Lei, considera-se servidor apenas aquele que está investido em cargo público de provimento efetivo, excluindo-se os de provimento em comissão. Fundamentação: Esta alternativa está incorreta.
	Embora os servidores efetivos possuam prerrogativas distintas, como a estabilidade, os servidores de provimento em comissão (cargos de confiança) são também servidores públicos, sujeitos ao regime jurídico estabelecido pelo Estatuto, ainda que com regras específicas para sua nomeação, exoneração e alguns direitos. O Estatuto normalmente define "servidor público" de forma a abranger ambas as categorias, pois
	ambos mantêm um vínculo jurídico com a Administração Pública e são regidos por esta lei em diversos aspectos.

D) Cargos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros, e a prestação de serviços gratuitos à administração é, em regra, permitida, desde que haja um interesse público relevante. Fundamentação: Esta alternativa está incorreta em ambas as suas partes.

- Acessibilidade a brasileiros:

O Art. 37, I, da Constituição Federal estabelece que cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e "também aos estrangeiros, na forma da lei". Portanto, não é "somente a brasileiros".

- Prestação de serviços gratuitos:

A prestação de serviços gratuitos à administração não é, "em regra", permitida.

A regra é a remuneração do trabalho e a formalização do vínculo mediante concurso público ou nomeação para cargo em comissão.

Embora existam situações muito específicas de colaboração voluntária (que não configuram vínculo empregatício ou de cargo público), afirmá-la como regra para "prestação de serviços" em geral seria um equívoco e poderia levar a irregularidades e desvirtuamentos das relações de trabalho no setor público.

Desta maneira, o requerimento do pedido está indeferido.

Candidato:	Paulo Fernando Sousa
Disciplina:	Conhecimentos Gerais
Questão Nº	11
Resultado da Análise:	Indeferido A questão aborda conhecimentos acerca de atualidades. A mesma diz que o projeto de lei foi para votação e não afirma que está em vigor e produzindo seus efeitos jurídicos. A questão aborda sobre o que versa o projeto de lei conhecido como "Devastation Bill". O teor do projeto é a permissão de que projetos de risco médio obtenham licenciamento ambiental com autodeclaração on-line, sem avaliação prévia. Em conformidade com o gabarito preliminar e edital de abertura do certame. Recurso indeferido.

Candidato:	Lucas Rodrigues Rocha
Disciplina:	Língua Portuguesa
Questão Nº	09
Resultado da Análise:	Indeferido
	A questão aborda análise de colocação pronominal. A norma culta adapta-se aos contextos
	modernos e como registram gramáticos contemporâneos (como Ataliba de Castilho) que a próclise
	é usada com frequência em contextos nos quais a ênclise soaria artificial. Os pronomes
	demonstrativos no início da frase exercem um peso fonético e discursivo que favorece a próclise
	na língua atual, entende-se como elemento atrativo de forma mais ampla e não só os listados
	tradicionalmente.
	Analisando as alternativas temos:
	B é incorreta porque afirma que a ênclise é <i>incorreta</i> — o que é falso na norma culta.
	C é incorreta porque a oração não começa com verbo.
	D é absurda, pois a mesóclise só ocorre em tempos futuros.
	Sendo assim, somente a alternativa A, está correta.
	Argumentação inválida.
	Recurso indeferido.

Candidato:	Alex da Silva Bastos Dos Santos
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	20
Resultado da Análise:	Indeferido
	Prezado candidato
	A questão aborda conhecimentos acerca de lógica proposicional. O desenvolvimento correto é:
	A partir das proposições:
	p: "o aluno estudou para a prova"

q: "o aluno foi aprovado". Agora relacionando com a proposição composta temos: O aluno estudou e não foi aprovado. (~p ^ q) O aluno não estudou e foi aprovado. O caso que torna verdadeiro a proposição é "O aluno estudou e não foi aprovado ou o aluno não estudou e foi aprovado. Vejamos todas as alternativas: A) "Estudou e foi aprovado" → Falso (linha 1 dá F na fórmula). B) "Estudou e foi aprovado OU não estudou e foi aprovado" → Inclui caso p=V,q=V (que é F na fórmula), então não é equivalente. C) "Estudou e não foi aprovado OU não estudou e não foi aprovado" → Inclui p=F,q=F (que é F na fórmula), então não é equivalente. D) "Estudou e não foi aprovado OU não estudou e foi aprovado" \Rightarrow Exatamente os casos que tornam V. Portanto, a questão possui somente uma alternativa correta que confere com o gabarito preliminar. Argumentação inválida.

Recurso indeferido.

Candidato:	Alex da Silva Bastos Dos Santos
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	31
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa "CORRETA" é a D.
	A análise foi realizada com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência trabalhista:
	A) A improbidade, como causa para a rescisão do contrato de trabalho por justa causa do empregado, restringe-se a condutas que configurem crimes contra o patrimônio ou a fé pública, exigindo prévia condenação criminal para sua aplicação. Fundamentação:
	Esta afirmativa está "INCORRETA".
	O artigo 482, alínea "a", da CLT, que trata do ato de improbidade, não se restringe apenas a crimes contra o patrimônio ou a fé pública.
	Abrange qualquer conduta desonesta do empregado que cause prejuízo ao empregador ou a terceiros, como desvio de valores, furto, falsificação de documentos, etc., mesmo que não configure um crime ou, se configurar, não exige prévia condenação criminal.
	O âmbito da justa causa trabalhista é independente da esfera criminal.
	A decisão na esfera trabalhista baseia-se nos fatos e provas do processo trabalhista. Análise:
	A interpretação da improbidade é mais ampla e não depende de condenação criminal prévia.
	B) O dano moral no ambiente de trabalho é um direito exclusivo do empregado, sendo vedada a indenização por danos morais ao empregador, mesmo em casos de conduta grave do empregado que afete a honra ou imagem da empresa.
	Fundamentação:
	Esta afirmativa está "INCORRETA". Com a Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), foram incluídos os artigos 223-A a 223-G na CLT, que tratam expressamente do dano de natureza extrapatrimonial (dano moral).

O artigo 223-B da CLT estabelece que "Causam dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são titulares dos direitos da personalidade."

Isso significa que tanto o empregado quanto o empregador (pessoa jurídica, por exemplo) podem ser vítimas e pleitear indenização por danos morais, caso sua honra, imagem, nome ou outros direitos da personalidade sejam lesados por conduta grave da outra parte.

Análise:

O direito à indenização por dano moral não é exclusivo do empregado.

C) A prática de ato de improbidade pelo empregado, embora justifique sua dispensa por justa causa, impede o empregador de pleitear indenização por danos materiais ou morais em decorrência da mesma conduta, devendo se limitar à rescisão contratual.

Fundamentação:

Esta afirmativa está "INCORRETA".

A dispensa por justa causa é uma sanção trabalhista que encerra o vínculo empregatício sem os direitos rescisórios do empregado.

No entanto, se o ato de improbidade causou prejuízos materiais (por exemplo, furto de bens da empresa) ou danos morais (por exemplo, difamação pública da empresa ou de seus dirigentes), o empregador tem o direito de pleitear indenização pelos respectivos danos na Justiça do Trabalho (ou na esfera cível, dependendo da natureza e extensão do dano).

A rescisão do contrato por justa causa e o pleito indenizatório são ações distintas, embora decorrentes do mesmo fato gerador.

Análise:

A justa causa não exclui o direito do empregador de buscar reparação por danos materiais ou morais.

D) O ato de improbidade do empregado configura justa causa para a rescisão do contrato de trabalho e pode, dependendo da gravidade e do prejuízo causado, fundamentar a pretensão do empregador por indenização por danos morais, observados os critérios de quantificação legal. Fundamentação: Esta afirmativa está "CORRETA".

Conforme o artigo 482, alínea "a", da CLT, o ato de improbidade é, sim, motivo para a rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

Além disso, como explicado na análise da alternativa B, o empregador pode pleitear indenização por danos morais se a conduta do empregado (como um ato de improbidade grave) atingir a sua honra, imagem ou outros direitos da personalidade.

A quantificação desses danos deve observar os critérios estabelecidos nos artigos 223-G e 223-G, §§ 1º e 2º, da CLT, que consideram a natureza do bem jurídico tutelado, a intensidade do sofrimento, a possibilidade de superação física ou psicológica, os reflexos pessoais e sociais da ação ou omissão, a situação social e econômica das partes, o grau de culpa, entre outros fatores, inclusive estabelecendo limites de valores baseados no último salário contratual do ofendido.

Análise:

Esta alternativa resume corretamente as possibilidades legais para o empregador em caso de ato de improbidade. Portanto, a alternativa CORRETA é a D, e, assim sendo, o pedido está indeferido.

Candidato:	Henrique Magalhães De Souza, Lucas Rodrigues Rocha
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	36
Resultado da Análise:	Indeferido A alternativa correta é a <u>D.</u>
	A análise cada alternativa está com base na Constituição Federal e no entendimento da competência municipal da Lei Orgânica de Poxoréu/MT:
	A) Promover a educação, a cultura e a assistência social são competências privativas do Município. Análise:
	Esta afirmativa está incorreta.

A promoção da educação, cultura e assistência social são, em regra, competências "comuns" a todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), conforme o Art. 23 da Constituição Federal, ou seja, todos podem atuar simultaneamente.

Além disso, a legislação sobre essas matérias pode ser "concorrente" (Art. 24 da CF), onde a União estabelece normas gerais e os Estados e Municípios suplementam.

O Município possui um interesse predominante em serviços locais de educação (básica), cultura e assistência, mas não uma competência "privativa" (exclusiva) para legislar ou atuar nesses campos.

O próprio documento sobre o Sistema Municipal de Cultura de Poxoréu menciona que ele está em conformidade com a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal e "integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e o Sistema Estadual de Cultura SIEC", o que demonstra uma competência compartilhada.

B) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território é uma competência comum do Município com a União e o Estado.

Análise:

Esta afirmativa está "incorreta".

A competência para legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, bem como águas e energia, é "privativa da União" (Art. 22, IV, da CF).

A propriedade dos recursos minerais e hídricos também é da União (Art. 20, IX e VIII, da CF).

Embora os Municípios possam ter competências relacionadas ao licenciamento ambiental ou fiscalização de impactos locais de empreendimentos, a "concessão" e a fiscalização direta da "pesquisa e exploração" de recursos hídricos e minerais são, primariamente, atribuições da União, com alguma participação dos Estados na gestão dos recursos hídricos em nível regional, sob normas federais.

Não se trata de uma competência comum no sentido de o Município ter igual poder para registrar e fiscalizar concessões.

C) A Lei Orgânica de Poxoréu permite ao Município dispor, mediante suplementação, sobre o fomento da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar, sem ressalvas.

Análise:

Esta afirmativa está "incorreta" devido à expressão "sem ressalvas".

O fomento da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar são temas em que a União e os Estados podem legislar de forma concorrente (Art. 24, VI e XI, da CF).

Os Municípios possuem competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber ao seu interesse local (Art. 30, II, da CF).

No entanto, a competência suplementar implica, por definição constitucional, a necessidade de observar as normas gerais editadas pelos entes maiores.

Portanto, nunca seria "sem ressalvas", pois a legislação municipal não pode contrariar as leis federais e estaduais sobre o tema.

D) O Município possui competência privativa para estabelecer normas de edificação, loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território.

Análise:

Esta afirmativa está "correta". Conforme o Art. 30, I e VIII, da Constituição Federal, compete aos Municípios "legislar sobre assuntos de interesse local" e "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".

As normas de edificação, loteamento, arruamento e zoneamento urbano são o cerne do planejamento e controle do uso e ocupação do solo, representando o interesse predominantemente local e sendo, portanto, competências legislativas e administrativas privativas dos Municípios.

Os resultados de busca, e indicam a atuação do Município de Poxoréu em matéria de "zoneamento e loteamento", o que corrobora esta competência.

A resposta correta é a "D".

E, portanto, o recurso está indeferido.

Candidatos:	Henrique Magalhães De Souza, Alex da Silva Bastos Dos Santos, Flavia Venceslau Gomes, Gilmar
	Alves de Oliveira Filho, Joyce Romera Albertoni Oliveira, Karollayne Caetana Monicell Medeiro da Cruz, Wanderlei Fernandes do Prado
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	27
Resultado da Análise:	Indeferido
Resultado da Andrise.	A alternativa CORRETA é a A .
	Vamos analisar cada alternativa com base no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015): A) A Fazenda Pública possui o prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, inclusive para a interposição de recursos, prerrogativa esta que não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista. Fundamentação: O Art. 183 do CPC estabelece que "A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal." O § 1º do mesmo artigo complementa que "A prerrogativa de que trata o caput não se aplica aos entes públicos quando atuarem em juízo como pessoas jurídicas de direito privado." Empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, mesmo que com capital público, e, portanto, não gozam dessa prerrogativa, salvo disposição legal em contrário que não é o caso geral aqui.
	Análise: Esta alternativa está CORRETA.
	B) A sentença desfavorável à Fazenda Pública está, em regra, sujeita ao reexame necessário, salvo quando o valor da condenação ou do proveito econômico for inferior a 100 (cem) salários mínimos para a União e 50 (cinquenta) salários mínimos para os Estados, Distrito Federal e Municípios. Fundamentação: O Art. 496, § 3º, do CPC, dispõe sobre os limites para dispensa do reexame necessário: "Não se
	aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:
	I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;
	 II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais de Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público."
	Análise:
	Esta alternativa está INCORRETA, pois os valores dos salários mínimos mencionados são diferentes dos previstos no CPC para dispensa do reexame necessário para a União, Estados e Distrito Federal.
	C) As intimações da Fazenda Pública devem ser feitas, obrigatoriamente, por mandado, vedada qualquer outra forma de comunicação processual, sob pena de nulidade absoluta. Fundamentação:
	O Art. 183 do CPC, ao tratar da intimação da Fazenda Pública, menciona que a contagem do prazo em dobro tem início a partir da "intimação pessoal".
	O § 1º do mesmo artigo especifica que "A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico."
	Não há exclusividade do mandado, e outras formas são expressamente permitidas. Análise:
	Esta alternativa está INCORRETA, pois a intimação pessoal pode ocorrer por carga, remessa ou meio eletrônico, não sendo restrita ao mandado.
	D) A Fazenda Pública é isenta do pagamento de custas processuais e despesas com porte de remessa e retorno dos autos, sem prejuízo da responsabilidade pelo pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

Fundamentação:

O Art. 91 do CPC estabelece que "As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencido." Isso significa que a Fazenda Pública não paga as custas antecipadamente, mas não necessariamente está isenta delas se for a parte vencida, embora muitas leis estaduais concedam isenção.

Contudo, o Art. 1.007, § 1º, do CPC, dispensa expressamente a Fazenda Pública do recolhimento de preparo, "inclusive porte de remessa e de retorno", nos recursos.

Quanto aos honorários advocatícios de sucumbência, o Art. 85 do CPC determina que a sentença condenará o vencido a pagá-los, e a Fazenda Pública, se vencida, é responsável por seu pagamento, observadas as regras específicas de cálculo.

Análise:

Esta alternativa está parcialmente correta, mas a afirmação genérica de "isenta do pagamento de custas processuais" não é uma regra absoluta no CPC para "todas" as custas, apenas para o adiantamento ou, em casos específicos como o preparo recursal, uma isenção.

A isenção de "porte de remessa e retorno" e a responsabilidade pelos honorários de sucumbência estão corretas.

No entanto, a formulação sobre custas processuais é menos precisa do que a afirmação da alternativa A.

Entre as opções, a A é a mais precisa e integralmente correta conforme o CPC.

Conclusão:

A alternativa "A" é a única que está integralmente e precisamente de acordo com as disposições do Código de Processo Civil.

Recursos indeferidos.

Candidatos:	Flavia Venceslau Gomes, Gilmar Alves de Oliveira Filho, Emanuel Henrique de Moura Reis
	Queiroz, Francisney de Oliveira Fagundes, Mateus Américo dos Santos Ferraresso, Paulo
	fernando Sousa.
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	28
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa correta é a C.
	Resposta de cada alternativa tem como base na Constituição Federal de 1988:
	A) A liberdade de reunião para fins pacíficos, sem armas, é garantida independentemente de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente para que a reunião possa ser monitorada e controlada. Fundamentação:

O Art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal estabelece que "todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido "prévio aviso à autoridade competente".

A parte que exige o prévio aviso está correta.

No entanto, a finalidade do aviso não é para que a reunião seja "monitorada e controlada" no sentido de restrição ou interferência indevida, mas sim para que as autoridades possam garantir a ordem pública e evitar que a reunião frustre outra previamente convocada, ou seja, para fins de coordenação e segurança.

A expressão "monitorada e controlada" pode carregar uma conotação que vai além do que a Constituição pretende com o aviso.

B) O direito à propriedade é absoluto e ilimitado, não podendo ser submetido a qualquer restrição ou desapropriação, mesmo que para atender a necessidade ou utilidade pública, desde que o proprietário não concorde.

Fundamentação:

Esta proposição está incorreta.

O direito à propriedade não é absoluto e ilimitado.

O Art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal dispõe que "a propriedade atenderá a sua função social".

Além disso, o inciso XXIV do mesmo artigo permite a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

A necessidade do consentimento do proprietário não impede a desapropriação se observados os requisitos legais.

C) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser afastado por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Fundamentação:

Esta proposição está correta e espelha fielmente o texto constitucional.

O Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal afirma que "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, <u>salvo</u>, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".

D) É livre a manifestação do pensamento, sendo que a lei poderá prever a vedação do anonimato para proteger a intimidade e a vida privada dos envolvidos, sendo este a única finalidade da vedação.

Fundamentação:

Esta proposição está incorreta.

O Art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal assegura que "é livre a manifestação do pensamento, "sendo vedado o anonimato".

A vedação do anonimato não tem como "única" finalidade a proteção da intimidade e da vida privada.

A principal razão para a vedação do anonimato é assegurar a responsabilidade do autor da manifestação de pensamento por eventuais abusos cometidos, garantindo o direito de resposta e a reparação por danos materiais, morais ou à imagem, conforme previsto nos incisos V e X do mesmo artigo.

Em sendo assim, os pedidos pleiteados são indeferidos.

Henrique Magalhães de Souza, Lucas Rodrigues Rocha

Recursos indeferidos.

Candidatos:

Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	36
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa correta é a D.
	A análise cada alternativa está com base na Constituição Federal e no entendimento da
	competência municipal da Lei Orgânica de Poxoréu/MT:
	A) Promover a educação, a cultura e a assistência social são competências privativas do Município. Análise:
	Esta afirmativa está incorreta.
	A promoção da educação, cultura e assistência social são, em regra, competências "comuns" a
	todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), conforme o Art. 23 da
	Constituição Federal, ou seja, todos podem atuar simultaneamente.
	Além disso, a legislação sobre essas matérias pode ser "concorrente" (Art. 24 da CF), onde a União
	estabelece normas gerais e os Estados e Municípios suplementam.
	O Município possui um interesse predominante em serviços locais de educação (básica), cultura e
	assistência, mas não uma competência "privativa" (exclusiva) para legislar ou atuar nesses
	campos.
	O próprio documento sobre o Sistema Municipal de Cultura de Poxoréu menciona que ele está em
	conformidade com a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal e "integra o Sistema Nacional
	de Cultura - SNC e o Sistema Estadual de Cultura SIEC", o que demonstra uma competência
	compartilhada.

B) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território é uma competência comum do Município com a União e o Estado.

Análise:

Esta afirmativa está "incorreta".

A competência para legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, bem como águas e energia, é "privativa da União" (Art. 22, IV, da CF).

A propriedade dos recursos minerais e hídricos também é da União (Art. 20, IX e VIII, da CF).

Embora os Municípios possam ter competências relacionadas ao licenciamento ambiental ou fiscalização de impactos locais de empreendimentos, a "concessão" e a fiscalização direta da "pesquisa e exploração" de recursos hídricos e minerais são, primariamente, atribuições da União, com alguma participação dos Estados na gestão dos recursos hídricos em nível regional, sob normas federais.

Não se trata de uma competência comum no sentido de o Município ter igual poder para registrar e fiscalizar concessões.

C) A Lei Orgânica de Poxoréu permite ao Município dispor, mediante suplementação, sobre o fomento da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar, sem ressalvas.

Análise:

Esta afirmativa está "incorreta" devido à expressão "sem ressalvas".

O fomento da agropecuária e a organização do abastecimento alimentar são temas em que a União e os Estados podem legislar de forma concorrente (Art. 24, VI e XI, da CF).

Os Municípios possuem competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber ao seu interesse local (Art. 30, II, da CF).

No entanto, a competência suplementar implica, por definição constitucional, a necessidade de observar as normas gerais editadas pelos entes maiores.

Portanto, nunca seria "sem ressalvas", pois a legislação municipal não pode contrariar as leis federais e estaduais sobre o tema.

D) O Município possui competência privativa para estabelecer normas de edificação, loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território.

Análise:

Esta afirmativa está "correta". Conforme o Art. 30, I e VIII, da Constituição Federal, compete aos Municípios "legislar sobre assuntos de interesse local" e "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano".

As normas de edificação, loteamento, arruamento e zoneamento urbano são o cerne do planejamento e controle do uso e ocupação do solo, representando o interesse predominantemente local e sendo, portanto, competências legislativas e administrativas privativas dos Municípios.

Os resultados de busca, e indicam a atuação do Município de Poxoréu em matéria de "zoneamento e loteamento", o que corrobora esta competência.

A resposta correta é a "D".

E, portanto, os recursos estão indeferidos.

Candidatos:	Flavia Venceslau Gomes, Karollayne Caetana Monicell Medeiro da Cruz, Marcos Barbosa do Lago
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	38
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa correta é a "D".
	Vamos analisar cada alternativa:

A) A lei orçamentária anual pode conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que haja justificativa do Prefeito.

Fundamentação:

A Constituição Federal (Art. 165, § 8º, e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema) estabelece o princípio da exclusividade da lei orçamentária.

Isso significa que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve tratar apenas da previsão de receitas e fixação de despesas, sem incluir "matérias estranhas" (os chamados "jabutis").

A inclusão de tais dispositivos é uma vedação expressa no regime orçamentário, não sendo permitida nem mesmo com justificativa do Prefeito.

Análise:

Esta alternativa está "incorreta" porque descreve como permitido algo que é expressamente proibido pela legislação orçamentária.

B) É permitida a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas, desde que para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fundamentação:

O Art. 167, IV, da Constituição Federal proíbe a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

No entanto, o próprio inciso IV prevê "exceções" a essa proibição, entre elas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços de saúde, e para a prestação de garantias às operações de crédito.

Análise:

Esta alternativa está "incorreta" como uma "vedação expressa". Na verdade, ela descreve uma "exceção" a uma vedação geral. A vedação "existe" (não pode vincular), mas a alternativa aponta uma das situações em que a vinculação é permitida.

C) A concessão ou utilização de créditos ilimitados é permitida, desde que com aprovação da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Fundamentação:

O Art. 167, VII, da Constituição Federal estabelece expressamente: "São vedados: [...]

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados." Essa é uma vedação absoluta, fundamental para o controle orçamentário e a responsabilidade fiscal.

Nenhuma aprovação de comissão pode permitir a concessão de créditos ilimitados.

Análise

Esta alternativa está "incorreta" porque descreve como permitido algo que é expressamente e incondicionalmente proibido pela Constituição Federal e, consequentemente, pelas Leis Orgânicas Municipais.

D) O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual é proibido, e nenhum investimento que ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou lei que autorize a inclusão.

Fundamentação:

Esta alternativa reflete diretamente duas vedações expressas da Constituição Federal:

- O Art. 167, I, da CF/88 veda "o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual".
- O Art. 167, § 1º, da CF/88, complementa que "Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

Análise:

Esta alternativa está "correta" porque apresenta explicitamente e com redação de proibição ("é proibido", "não pode ser iniciado sem") duas importantes vedações do regime orçamentário brasileiro, que são normalmente incorporadas às Leis Orgânicas Municipais.

A resposta correta é a D, e, dessa forma, os recursos estão indeferidos.

Candidatos:	Flavia Venceslau Gomes, Karollayne Caetana Monicell Medeiro da Cruz, Marcos Barbosa do Lago, Francisney de Oliveira Fagundes
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	39
Resultado da Análise:	Indeferido
	Inicialmente, a questão se trata da Lei nº 905/2003 do Município de Poxoréu/MT.
	A alternativa INCORRETA é a C.
	A) O ingresso em cargo público de provimento efetivo é sempre sujeito a concurso público. Fundamentação:
	Este é um princípio fundamental do direito administrativo brasileiro, consagrado no Art. 37, inciso II, da Constituição Federal, que exige o concurso público de provas ou de provas e títulos para a investidura em cargo ou emprego público, salvo as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A Lei nº 905/2003 de Poxoréu/MT certamente replica essa regra para o provimento de cargos
	efetivos. Análise: Esta afirmativa está "CORRETA".
	B) As funções em caráter de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser preenchidos por servidores de carreira. Fundamentação:
	O Art. 37, inciso V, da Constituição Federal estabelece que as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
	Já os cargos em comissão, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podem ser preenchidos por servidores de carreira ou por pessoas de fora do quadro, sendo que a lei deve prever um percentual mínimo para ser preenchido por servidores de carreira. Análise: Esta afirmativa está "CORRETA".
	C) O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser nomeado interinamente para ter exercício em outro cargo de confiança, acumulando as remunerações de ambos durante o período de interinidade. Fundamentação:
	A acumulação remunerada de cargos públicos é, em regra, proibida pela Constituição Federal (Art. 37, incisos XVI e XVII), salvo exceções específicas (como dois cargos de professor; um de professor e outro técnico ou científico; ou dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas).
	A interinidade ou substituição em outro cargo de confiança ou em comissão geralmente implica que o servidor exercerá as atribuições do cargo de maior remuneração, ou do cargo de confiança/comissão, sem acumular as duas remunerações.
	A regra geral é que o servidor opta pela remuneração mais vantajosa, ou assume a remuneração do cargo para o qual foi designado, mas não acumula as duas. A vedação à acumulação é um princípio basilar do direito administrativo. Análise: Esta afirmativa está "INCORRETA".
	A acumulação de remunerações de dois cargos (seja em comissão ou de confiança), mesmo que um deles em caráter interino, é geralmente proibida, a menos que se enquadre nas estritas exceções constitucionais de acumulação de cargos efetivos, o que não é o caso aqui.
	D) A investidura em cargo público se concretiza no momento da posse, e a nomeação para cargo efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Fundamentação: A investidura em cargo público, de acordo com o Art. 7º da Lei nº 8.112/90 (Estatuto dos
	Servidores Públicos Federais, regra geralmente replicada em estatutos municipais), ocorre com a posse. O Art. 37, inciso II, da Constituição Federal, como já mencionado, exige a prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos para a nomeação em cargo efetivo. Análise: Esta afirmativa está "CORRETA".
	Portanto, a alternativa "INCORRETA" é a C, e, em sendo assim, os recursos estão indeferidos.

Candidato:	Marcos Barbosa do Lago
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	25
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa CORRETA é a "A".
	Vamos analisar cada alternativa com base na Lei nº 12.153/2009, que institui os Juizados Especiais da Fazenda Pública:
	A) Em regra, não se admitirá intervenção de terceiros ou assistência, salvo a habilitação daqueles que figurem como litisconsortes necessários, e as sentenças neles proferidas não são sujeitas a reexame necessário. Fundamentação:
	- Intervenção de terceiros e assistência:
	O Art. 10 da Lei nº 12.153/2009 expressamente dispõe: "Não se admitirão a intervenção de
	terceiros, a assistência, a ação rescisória e a acumulação de pedidos, salvo quando a cumulação se referir a obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa."
	A ressalva para a habilitação de litisconsortes necessários é uma interpretação coerente, pois o litisconsórcio necessário refere-se à inclusão de partes que devem obrigatoriamente figurar no polo ativo ou passivo da demanda para que a sentença produza seus efeitos, não se confundindo com as modalidades de intervenção de terceiros vedadas (como denunciação da lide ou chamamento ao processo).
	- Reexame necessário: O Art. 11 da mesma Lei estabelece: "Não se aplica à sentença proferida no âmbito do Juizado
	Especial da Fazenda Pública o reexame necessário de que trata o art. 475 do Código de Processo Civil." (Importante notar que o art. 475 do CPC/73 corresponde ao art. 496 do CPC/2015, e a vedação ao reexame necessário para o JEFP foi mantida). Análise:
	Ambas as partes da afirmativa estão de acordo com a Lei nº 12.153/2009. Portanto, esta alternativa está "CORRETA".
	B) A competência dos Juizados da Fazenda Pública é absoluta para as causas cíveis de interesse da Fazenda Pública cujo valor não exceda 60 (sessenta) salários mínimos, abrangendo, inclusive, as ações de desapropriação indireta.
	Fundamentação:
	O Art. 2º, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.153/2009, exclui expressamente da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública "as causas de desapropriação".
	O inciso IV do mesmo parágrafo exclui "as causas que tenham como objeto a indenização por desapropriação".
	A desapropriação indireta, embora seja uma ação indenizatória, decorre de ato expropriatório e, portanto, se enquadra nas exclusões. Análise:
	Embora a primeira parte da afirmativa sobre o valor da causa esteja correta (até 60 salários mínimos e competência absoluta), a inclusão das "ações de desapropriação indireta" torna esta alternativa "INCORRETA".
	C) Os Juizados da Fazenda Pública são competentes para processar e julgar as causas que tenham como objeto a impugnação ou anulação de ato administrativo federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive os de natureza tributária, desde que o valor da causa se enquadre no limite legal.
	Fundamentação: O Art. 2º, caput, da Lei nº 12.153/2009, especifica a competência para causas cíveis de interesse "dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios".

A União (Fazenda Pública Federal) não está incluída na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, sendo as causas contra ela de competência dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001).

A menção a "ato administrativo federal" torna a afirmativa incorreta.

Análise:

A inclusão da Fazenda Pública Federal na competência dos JEFPs torna esta alternativa "INCORRETA".

D) As demandas propostas nos Juizados da Fazenda Pública que resultarem em condenação ao pagamento de obrigação de pequeno valor terão sua quitação mediante precatório, respeitandose a ordem cronológica de apresentação.

Fundamentação:

O Art. 13 da Lei nº 12.153/2009 é claro ao dispor que, "Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da entrega da requisição do juiz à autoridade citada para a causa, "independentemente de precatório."

O objetivo dos Juizados Especiais é justamente agilizar o pagamento de obrigações de pequeno valor, dispensando o rito do precatório.

Análise:

Esta afirmativa está "INCORRETA", pois o pagamento de obrigações de pequeno valor nos JEFPs ocorre independentemente de precatório.

A resposta correta é a "A", e, portanto, o pedido está indeferido.

Candidato:	Paulo Fernando Sousa
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	28
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa correta é a C.
	Resposta de cada alternativa tem como base na Constituição Federal de 1988:
	A) A liberdade de reunião para fins pacíficos, sem armas, é garantida independentemente de
	autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente para que a reunião possa ser
	monitorada e controlada.
	Fundamentação:
	O Art. 5º, inciso XVI, da Constituição Federal estabelece que "todos podem reunir-se
	pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização,
	desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo
	apenas exigido "prévio aviso à autoridade competente".
	A parte que exige o prévio aviso está correta. No entanto, a finalidade do aviso não é para que a reunião seja "monitorada e controlada" no
	sentido de restrição ou interferência indevida, mas sim para que as autoridades possam garantir
	a ordem pública e evitar que a reunião frustre outra previamente convocada, ou seja, para fins de
	coordenação e segurança.
	A expressão "monitorada e controlada" pode carregar uma conotação que vai além do que a
	Constituição pretende com o aviso.
	B) O direito à propriedade é absoluto e ilimitado, não podendo ser submetido a qualquer restrição
	ou desapropriação, mesmo que para atender a necessidade ou utilidade pública, desde que o
	proprietário não concorde.
	Fundamentação:
	Esta proposição está incorreta.
	O direito à propriedade não é absoluto e ilimitado.
	O Art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal dispõe que "a propriedade atenderá a sua função
	social".
	Além disso, o inciso XXIV do mesmo artigo permite a desapropriação por necessidade ou utilidade
	pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os
	casos previstos na Constituição.

A necessidade do consentimento do proprietário não impede a desapropriação se observados os requisitos legais.

C) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser afastado por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Fundamentação:

Esta proposição está correta e espelha fielmente o texto constitucional.

O Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal afirma que "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, <u>salvo</u>, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".

D) É livre a manifestação do pensamento, sendo que a lei poderá prever a vedação do anonimato para proteger a intimidade e a vida privada dos envolvidos, sendo este a única finalidade da vedação.

Fundamentação:

Esta proposição está incorreta.

O Art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal assegura que "é livre a manifestação do pensamento, "sendo vedado o anonimato".

A vedação do anonimato não tem como "única" finalidade a proteção da intimidade e da vida privada.

A principal razão para a vedação do anonimato é assegurar a responsabilidade do autor da manifestação de pensamento por eventuais abusos cometidos, garantindo o direito de resposta e a reparação por danos materiais, morais ou à imagem, conforme previsto nos incisos V e X do mesmo artigo.

Em sendo assim, o recurso pleiteado é indeferido.

Candidatos:	Emanuel Henrique de Moura Reis Queiroz, Flavia Venceslau Gomes, Francisney de Oliveira
	Fagundes, Gilmar Alves de Oliveira Filho, Mateus Américo dos Santos Ferraresso
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	30
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa CORRETA é a C.
	A análise realizada em cada alternativa foi com base nos princípios da anterioridade tributária, previstos nos artigos 150, inciso III, alíneas "b" e "c", e 153, § 1º, da Constituição Federal, e no artigo 195, § 6º, também da Constituição:
	A) Um imposto pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que a lei que o instituiu ou aumentou foi publicada, desde que observada a anterioridade nonagesimal. Fundamentação: Esta afirmação está "INCORRETA".
	O princípio da anterioridade anual (Art. 150, III, "b", da CF/88) proíbe a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. A anterioridade nonagesimal (Art. 150, III, "c") é uma regra "adicional", que exige que se aguardem, no mínimo, 90 dias para a cobrança, mesmo que o próximo exercício financeiro já tenha começado.
	A maioria dos impostos e contribuições sociais deve observar "ambas" as anterioridades. Portanto, a regra geral é que um imposto só pode ser cobrado no exercício financeiro seguinte "E" após 90 dias da publicação da lei.
	Apenas observar a anterioridade nonagesimal não permite a cobrança no mesmo exercício financeiro, salvo as exceções constitucionais à anterioridade anual.
	B) A anterioridade anual (exercício financeiro seguinte) se aplica a todos os impostos e contribuições sociais, sem exceções. Fundamentação:
	Esta afirmação está INCORRETA.

A própria Constituição Federal prevê exceções ao princípio da anterioridade anual (Art. 150, § 1º, da CF/88).

São exemplos de impostos que não se submetem à anterioridade anual: Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Além disso, as contribuições sociais (Art. 195, § 6º) não se sujeitam à anterioridade anual, apenas à nonagesimal.

C) A anterioridade nonagesimal (noventa dias) é uma regra geral para impostos e contribuições sociais, mas não se aplica, por exemplo, ao Imposto de Renda (IR), Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Fundamentação:

Esta afirmação está CORRETA.

- Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):

O Art. 150, § 1º, da CF/88, em sua redação referente à anterioridade nonagesimal (inciso III, "c"), expressamente exclui os impostos previstos no Art. 153, I (II) e Art. 153, IV (IPI) da observância dos 90 dias.

- Imposto de Renda (IR):

Embora o Art. 153, III (IR), não esteja expressamente listado nas exceções à anterioridade nonagesimal no Art. 150, § 1º, da CF, a doutrina e a jurisprudência consolidaram o entendimento de que o IR se submete apenas à anterioridade anual.

Sua alteração de alíquotas ou base de cálculo entra em vigor no exercício financeiro seguinte, mas não precisa aguardar o prazo de 90 dias.

Análise:

Esta alternativa apresenta corretamente tributos que são exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal.

D) Imposto de Importação (II), Imposto de Exportação (IE), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) estão sujeitos apenas à anterioridade anual, não à nonagesimal.

Fundamentação:

Esta afirmação está INCORRETA.

Na verdade, o II, IE, e IOF não se submetem a "nenhum" dos princípios de anterioridade (nem anual, nem nonagesimal), podendo ter suas alíquotas alteradas e aplicadas imediatamente pelo Poder Executivo (Art. 153, § 1º, da CF/88).

O IPI se submete à anterioridade anual para majorações, mas não à nonagesimal (como visto na alternativa C), e suas alíquotas podem ser reduzidas imediatamente.

A resposta correta é a C, e, portanto, os recursos estão indeferidos.

Candidato:	Mateus Américo dos Santos Ferraresso
Disciplina:	Conhecimentos Específicos
Questão Nº	34
Resultado da Análise:	Indeferido
	A alternativa CORRETA é a A.
	Questão analisada com base nas disposições constitucionais sobre a repartição das receitas tributárias no Brasil, principalmente nos artigos 157, 158 e 159 da Constituição Federal:
	A) Os Estados devem entregar aos Municípios 50% do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) arrecadado em seus territórios. Fundamentação:
	O Art. 158, inciso III, da Constituição Federal estabelece que "pertencem aos Municípios [] cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;". Análise:

Esta alternativa está CORRETA, pois reproduz fielmente a previsão constitucional.

B) A União é responsável por repassar aos Estados 75% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na importação de produtos.

Fundamentação:

A Constituição Federal não prevê um repasse de 75% da arrecadação do IPI incidente na importação para os Estados.

O Art. 159, inciso II, alínea "a", prevê que a União entregará dez por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados "aos Estados e ao Distrito Federal", proporcionalmente ao valor das "exportações de produtos industrializados" de seus respectivos territórios, e não sobre a importação.

O IPI sobre importação é um imposto federal e sua arrecadação não é partilhada nos termos indicados na alternativa.

Análise: Esta alternativa está INCORRETA.

C) Do total da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, 25% é destinado aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Fundamentação:

O Art. 159, inciso I, da Constituição Federal estabelece que a União entregará 49% (quarenta e nove por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Desse total, os percentuais são subdivididos: 21,5% ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mais parcelas adicionais para o FPM (1% em julho e 1% em dezembro) e 3% para fundos de financiamento regionais.

Portanto, não é 25% do total que vai para o FPE e FPM, mas sim 49% do total que é partilhado entre FPE, FPM e fundos regionais.

Análise: Esta alternativa está INCORRETA, pois o percentual total e a distribuição não correspondem aos 25% mencionados.

D) A totalidade da arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) pertence aos Municípios, mas a Constituição Federal permite que, por lei ordinária municipal, parte dessa arrecadação seja destinada a fundos estaduais.

Fundamentação:

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é de competência "exclusiva" dos Municípios, conforme o Art. 156, inciso III, da Constituição Federal.

As receitas provenientes de impostos de competência exclusiva dos Municípios pertencem a eles integralmente (Art. 158, *caput*, da CF).

A Constituição "não prevê" a possibilidade de uma lei ordinária municipal destinar parte dessa arrecadação a fundos estaduais.

Análise:

Esta alternativa está INCORRETA, pois não há previsão constitucional para a destinação de parte da arrecadação do ISSQN a fundos estaduais por lei municipal.

A resposta correta é a A, e, portanto, o pleito para a anulação está indeferido.

Poxoréu - MT, 24 de setembro de 2025.